

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

**DELSI SODER NYLAND**

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E A EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS  
DOS ANOS INICIAIS: UMA ARTICULAÇÃO COM A CULTURA DIGITAL**

**FLORIANÓPOLIS  
2016**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC  
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – CED  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**

**DELSI SODER NYLAND**

**EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL E A EXPERIÊNCIA COM CRIANÇAS  
DOS ANOS INICIAIS: UMA ARTICULAÇÃO COM A CULTURA DIGITAL**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Educação.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Mestra Aline Helena Mafra.

**FLORIANÓPOLIS  
2016**

*A educação não se reduz à técnica, mas não se faz educação sem ela. Utilizar computadores na educação, em lugar de reduzir, pode expandir a capacidade crítica e criativa de nossos meninos e meninas. Dependendo de quem o usa, a favor de que e de quem e para quê. O homem concreto deve se instrumentar com o recurso da ciência e da tecnologia para melhor lutar pela causa de sua humanização e de sua libertação (FREIRE, 2001a, p.98).*

## **AGRADECIMENTOS**

O principal objectivo da educação é criar pessoas capazes de fazer coisas novas e não simplesmente repetir o que outras gerações fizeram.

Jean Piaget

Agradeço a DEUS, aos meus familiares e esposo Rubi Nyland, Universidade Federal do Estado de Santa Catarina (UFSC), coordenador e professores envolvidos no curso de especialização Educação na Cultura Digital pela oportunidade, em especial a minha orientadora Prof.<sup>a</sup>. Mestra Aline Helena Mafra pela incansável intervenção e auxílio durante o desenvolvimento da pesquisa e elaboração do TCC, me proporcionando momentos significativos de reflexão e aprendizagem. A todos que integram a escola Professor Manuel de Freitas Trancoso, alunos das séries iniciais 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental que foram envolvidos no trabalho de pesquisa e responsáveis pela minha persistência e pela busca de formação continuada. Aos colegas de curso que contribuíram com reflexões e aprendizagens significativas ao longo do percurso. O meu muito obrigado a todos.

## RESUMO

A proposta de investigação para este trabalho de conclusão do curso assume por objetivo realizar um exercício de articulação e reflexão entre algumas políticas públicas que regem a Educação em Tempo Integral, as quais instituem e regulamentam a implantação e implementação da Escola Pública Integrada para o Ensino Fundamental da rede pública estadual de ensino, e as experiências vividas no contexto escolar a partir da prática docente desenvolvida na disciplina de Ciências Tecnológicas em que atuo como professora. Como abordagem metodológica, realizei uma pesquisa-ação, com vistas a tecer possíveis articulações, encontros e desencontros entre estas experiências, na intenção de compreender se as políticas públicas para a Educação em Tempo Integral são coerentes com o Projeto Político Pedagógico da escola e como estas questões surgem no cotidiano das práticas pedagógicas junto às crianças dos Anos Iniciais. Diante dessas análises e estudos realizados, observei que as deficiências e dificuldades estruturais e pedagógicas necessitam de políticas e ações mais eficientes para que o aluno possa permanecer e se desenvolver em um ambiente físico e pedagógico mais atraente e motivador com acesso às necessidades básicas necessárias para a sua formação integral. As disposições previstas pelas políticas públicas da Escola em Tempo Integral estão atreladas ao Projeto Político Pedagógico da Escola Pública Integrada - EPI – Professor Manuel de Freitas Trancoso de Iraceminha – SC, e atendem aos dispositivos previstos nestas Leis. Como considerações finais, indico que as disciplinas diversificadas que integram a grade curricular da escola Professor Manuel de Freitas Trancoso reservam aos alunos momentos de aprendizagens em conformidade a sua realidade contemplando espaços e momentos de ludicidade necessários para a sua formação.

**Palavras-chave:** Escola de Tempo Integral; Ciências Tecnológicas; Políticas públicas.

## LISTA DE FIGURAS

Imagem 1 - Alunos 1º Ano .....	13
Imagem 2 - Alunos 1º Ano .....	13
Imagem 3 - Alunos 1º Ano .....	14
Imagem 4 - Alunos 1º Ano .....	14
Imagem 5 - Alunos 2º Ano .....	16
Imagem 6 - Alunos 2º Ano .....	16
Imagem 7 - Alunos 3º Ano .....	17
Imagem 8 - Alunos 3º Ano .....	17
Imagem 9 - Alunos 4º e 5º Ano .....	18
Imagem 10 - Alunos 4º e 5º Ano .....	18
Imagem 11 - Alunos 4º e 5º Ano .....	18
Imagem 12 - Alunos 4º Ano .....	19
Imagem 13 - Alunos 4º Ano .....	19
Imagem 14 - Alunos 5º Ano .....	19
Imagem 15 - Alunos 5º Ano .....	19

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO .....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: LEVANTAMENTO DAS LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS.....</b>	<b>21</b>
2.1: ESCOLA PÚBLICA EM PERÍODO INTEGRAL .....	21
2.2: POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL .....	22
2.3: ESCOLA PÚBLICA INTEGRADA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARINA.....	24
2.4: MATRIZ CURRICULAR DA ESCOLA EM PERÍODO INTEGRAL - SED ESTADO DE SANTA CATARINA .....	27
2.5: ESCOLA PÚBLICA INTEGRADA - PROFESSOR MANUEL DE FREITAS TRANCOSO – IRACEMINHA/SC .....	28
2.6: GRADE CURRICULAR DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS ..	30
2.7: CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS (INFORMÁTICA EDUCATIVA) NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	33
<b>CAPÍTULO 3: PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES COM AS TECNOLOGIAS .....</b>	<b>36</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>43</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Desde muito cedo, na adolescência, por determinação de minha família, cuidava de crianças de outras famílias enquanto os pais trabalhavam. Sempre gostei muito de estar em contato com crianças, de poder ensinar e aprender com elas. Foi nessa convivência e experiência que encontrei inspiração para buscar formação acadêmica em Pedagogia para ser professora. Concluí o curso no ano de 2006 pela Universidade do Estado de Santa Catarina, (UDESC). No ano de 2007 concluí o curso de Pós-Graduação em Educação Infantil, Séries Iniciais e Gestão Escolar pela Faculdade de Administração, Ciências, Educação e Letras (AUPEX) de Santa Catarina. Em 2012 concluí o curso de Pós Graduação em Mídias na Educação, pela Universidade Federal do Rio Grande, (FURG) do Rio Grande do Sul. No ano de 2014 concluí o curso de Pós Graduação em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - IFSC. Atualmente curso Informática (Licenciatura) pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) de São Miguel do Oeste.

Muito antes da minha formação acadêmica, já fazia cursos voltados à área de tecnologias digitais, razão pela qual tive a minha primeira experiência profissional, em 1995 já trabalhava com cursos de Datilografia para uma empresa particular MAGIR DATILOGRAFIA, os quais tinham por objetivo ensinar os cursistas a usar a máquina de escrever e a obterem maior agilidade com a digitação, os cursos inicialmente aconteciam em sala cedida pela prefeitura municipal e posteriormente por questões burocráticas em sala particular. Em 1999 com o surgimento dos computadores e empresa própria com o nome “INDEL INFORMÁTICA”, passei a proferir cursos de Informática básica e avançada, onde ensinava os cursistas a operar os softwares básicos do computador, a exemplo do Sistema Operacional Windows, Microsoft Word, PowerPoint e Paint. Também Internet quando passamos a obter o sinal de acesso por volta de 2000 em nosso município. Esses cursos tinham seus certificados registrados pela Secretaria de Educação do Estado.

Já em 2001 e 2002 trabalhei 20 horas na Escola Estadual Balbino Martins de São José do Laranjal no município de Iraceminha/SC, com alunos do antigo Ensino Fundamental - 5ª a 8ª série - em projeto de Informática feito pela escola no contra turno. Paralelamente a este trabalho, nos anos 2004, 2006 e 2007, trabalhei na Escola Estadual de Ensino Fundamental Linha Biguá 20 horas no Projeto AMBIAL, área informática com

alunos do ensino Fundamental 5ª a 8ª série do Município de Iraceminha – SC. No ano de 2008 comecei a trabalhar na Escola de Educação Básica Professor Manuel de Freitas Trancoso do município de Iraceminha – SC, 20 horas no Projeto Escola em Tempo Integral com as turmas dos anos iniciais 1º ao 5º ano, na disciplina Ciências Tecnológicas. E a partir de 2012, reduzi a minha carga horária para 10 horas.

Paralelamente a esse trabalho de docência, atuei como Conselheira Tutelar no município de Iraceminha – SC no período 2001 a 2003. O processo de escolha se deu através de eleição direta com a participação de todos os eleitores do nosso município. Esse foi um período bastante delicado, não imaginava encontrar tantos problemas de evasão escolar, violência e abandono de crianças e adolescentes em decorrência de famílias desestruturadas. Por outro lado, foi uma experiência gratificante e com vários resultados e aprendizagens, as quais contribuíram muito para que pudesse entender melhor as diferentes relações sociais e familiares.

Atualmente, além das 10 horas na área da docência, também trabalho na Câmara Municipal de Vereadores lotada no cargo de assessora parlamentar (secretária) efetiva 30 horas, desde 2003.

Durante toda essa minha trajetória profissional, busquei aperfeiçoamento na área de atuação, sobretudo por meio de especializações acadêmicas, assim como o curso de Educação na Cultura Digital que veio oportunizar aos profissionais da educação uma formação e capacitação consciente sobre a necessidade e importância de inserção das tecnologias no currículo escolar e na área de atuação. Obstáculos e desafios ao longo do percurso foram encontrados, os quais foram superados no decorrer dos estudos realizados, servindo de suporte para alcançar os objetivos traçados diante da implementação efetiva e colaborativa das tecnologias digitais no currículo escolar voltado a prática do processo de Ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, a escola não pode mais ficar a mercê dessas transformações, precisa encantar o espaço educativo com novas metodologias e estratégias de ensino, que contemplem as necessidades básicas do aluno e contribuam para a sua formação integral.

A Informática na educação por si só já remete os alunos a um clima de motivação, mas é preciso direcionar adequadamente tais manifestações e levar em consideração o contexto do aluno ao projetar o uso do computador na sala de aula, para que assim aprenda através de recursos áudio visuais, integrado a imagens, texto e sons.

Deste modo, minha proposta de investigação para este trabalho de conclusão de curso toma como **objetivo geral** realizar um estudo acerca das políticas públicas para a

escola em tempo integral em articulação com as experiências vividas no cotidiano de uma escola que atende crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental. Ou seja, trata-se de realizar uma pesquisa ação em uma escola de tempo integral da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina, onde atuo como professora da disciplina de Ciências Tecnológicas, com vistas a tecer possíveis articulações, encontros e desencontros entre estas experiências e as propostas políticas para a educação em tempo integral.

Posto isto, assume-se os seguintes **objetivos específicos**:

- Observar como os alunos desenvolvem na prática as atividades propostas na disciplina de Ciências Tecnológicas;
- Verificar como as crianças reagem e aprendem diante do computador;
- Buscar compreender se as políticas públicas para a educação em tempo integral são coerentes com o Projeto Político Pedagógico da escola.

Como proposta metodológica, a presente pesquisa busca um resgate das políticas públicas em articulação as observações empíricas, e, portanto, configura-se como uma pesquisa de caráter qualitativo, assumindo-se como uma pesquisa ação. Tal proposta foi desenvolvida na Escola de Educação Básica Professor Manuel de Freitas Trancoso no Município de Iraceminha/SC, com as turmas dos anos iniciais do Ensino Fundamental 1º ao 5º ano, período integral entre a faixa etária de 6 a 11 anos de idade.

## CAPÍTULO 1: PERCURSO METODOLÓGICO

As escolhas metodológicas são sempre criteriosas porque envolvem todo o processo investigativo que precisa atender aos objetivos da pesquisa e suas especificidades durante o desenvolvimento da ação. Nesse contexto, a metodologia adotada passou por uma análise cuidadosa que iniciou com um estudo sobre as políticas públicas que orientam a proposta de escola em tempo integral. Posteriormente, busquei investigar a coerência do Projeto Político Pedagógico com as experiências vividas no cotidiano de uma escola que atende crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental através de observações sobre como estas crianças reagem na prática diante das atividades propostas na disciplina de Ciências Tecnológicas e como se relacionam, interagem e aprendem diante do computador.

No caso desta pesquisa em nível de especialização, a abordagem metodológica não será etnográfica, pois não permaneci em campo por tempo suficiente para a apreensão do cotidiano dos sujeitos, tampouco o esforço será de aproximação e estranhamento a um contexto diferente ao habitual do pesquisador, já que o *locus* de pesquisa será a própria escola que atuo. Contudo, apesar de não se configurar como uma pesquisa etnográfica, lancei mão de instrumentos oriundos da etnografia, tais como: diário de campo, registros escritos e fotográficos.

Nessa perspectiva, com uma carga horária de dez horas semanais na disciplina de Ciências Tecnológicas, desenvolvo na prática semanalmente duas aulas por turma de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, Séries Iniciais, na disciplina diversificada de Ciências Tecnológicas e atendo alunos no horário do almoço e descanso, que são computados como hora atividade.

De acordo com planejamento realizado e coordenado pela Assessora de Direção com todos os professores do EPI, foi desenvolvido o projeto interdisciplinar intitulado “Eu no Mundo” que posteriormente foi adaptado e planejado por cada professor dentro de sua área de atuação voltando-se a sua prática.

Na disciplina curricular diversificada em que atuo, denominada “Ciências Tecnológicas”, desenvolvi o projeto “Meu Endereço no Universo” com o objetivo de que as crianças se localizassem e se situassem no Universo, bem como reconhecer a sua própria identidade e história, além de desenvolver capacidades de relacionamento consigo mesmo e com o meio em que vivem.

Os registros da empiria foram tecidos em diários de campo, cujas observações iniciaram no dia 06 de junho de 2016 e finalizaram no dia 10 de junho de 2016. Inicialmente, ao entrar em sala de aula, já passei a perceber uma empolgação diferente por

parte dos alunos que aguardavam pela aula de Informática, para poderem efetuar as atividades no computador. Ao iniciar a aula costumo expor o meu planejamento e explicar como se dará o desenvolvimento da atividade, para depois efetuá-la no laboratório de Informática.

Segundo destaca Maria Amélia Santoro Franco (2000), pesquisa-ação-educacional é uma pesquisa eminentemente pedagógica, dentro da perspectiva de ser o exercício pedagógico configurado como uma ação que cientificiza a prática educativa, a partir de princípios éticos que visualizam a contínua formação e emancipação de todos os sujeitos da prática.

De acordo com o pensamento da autora, a pesquisa-ação-educacional se volta ao exercício pedagógico, e deverá contemplar todos os sujeitos envolvidos a partir de uma aprendizagem contextualizada e contínua. Sua análise vem ao encontro da minha pesquisa que evidencia os sujeitos da prática através de uma formação emancipatória que não se resume apenas a sala de aula, mas considera todo o contexto social no qual estão inseridos, em um processo dinâmico e atrativo de aprendizagem.

Diante dessa perspectiva, é importante que escola instigue e proporcione a todos os envolvidos no processo educativo, a dinâmica de investigação, para instituir um currículo que atenda às necessidades básicas, conforme destaca Alarcão (2001):

A noção de professor-investigador, normalmente associada à Stenhouse ao considerar que: “a investigação e o desenvolvimento curricular devem pertencer aos professores” (1975:142), reveste-se, segundo Alarcão (2001), de grande atualidade”: “a concepção atual de currículo e de gestão curricular (no país), reclamam que o professor não seja um mero executor de currículo previamente definido ao milímetro, mas um decisor, um gestor em decisão real e um interprete crítico de orientações globais. Exige-se hoje ao Professor que seja ele a instituir o currículo, verificando-o e construindo-o com seus colegas e os seus alunos, no respeito, é certo pelos princípios e objetivos nacionais e transnacionais. Exige-se, mas ao mesmo tempo, confiar-lhe essa tarefa, acreditando que tem capacidade de executar (ALARCÃO, 2001:2).

A citação acima apresenta divergências no pensamento, os autores mesmo que, em diferentes épocas revelam suas filosofias educacionais, momento em que a autora em sua fala se sobrepõe as ideias de Stenhouse (1975:142), mas continua firme com o conceito de que o papel do professor no processo de investigação é relevante, mas que o mesmo deverá envolver toda a comunidade escolar, quando também faz referência a dois princípios importantes a partir desse conceito.

1º princípio: todo o professor verdadeiramente merecedor deste nome é, no seu fundo, um investigador e a sua investigação tem íntima relação com a sua função de professor; 2º princípio: formar para ser professor investigador implica desenvolver competências para investigar na, sobre e para a ação educativa e para partilhar resultados e processos com os outros, nomeadamente com os colegas (ALARCÃO, 2001:6).

Segundo evidenciam os princípios descritos por Alarcão (2001), é necessário que o professor esteja em constante observação de sua prática, e seja um investigador do contexto social e das ações decorrentes desse processo, socializando e partilhando os resultados com a comunidade escolar.

As políticas públicas da Educação em tempo integral em todos os âmbitos das esferas governamentais preveem aumentar a permanência do aluno na unidade escolar e ampliar o currículo com projetos que visam inserir na prática atividades diferenciadas que estejam em consonância com a realidade onde vivem.

A partir desse diálogo com as políticas públicas e perspectiva investigativa, que apresento o desenvolvimento da minha prática de pesquisa ação realizada com os alunos dos Anos Iniciais na Escola de Educação Básica Professor Manuel de Freitas Trancoso do município de Iraceminha/SC.

De acordo com autorização dos pais e ou responsáveis no momento da matrícula de seus filhos e ou familiares na escola, as imagens e fotos de estudo dos alunos poderão ser divulgadas em momentos de estudo e eventos promovidos pela escola.

## 1º ANO

No primeiro momento, a turma do 1º ano fez uso do computador interativo (lousa digital), onde cada um se desenhou e escreveu o seu nome, depois foram até o computador e no Software LibreOffice.orgImpress, através das ferramentas e aplicativos disponíveis, desenharam o espaço onde vivem e o cenário familiar onde estão inseridos, digitando também nesse mesmo espaço palavras que faziam referência aos desenhos produzidos, bem como o seu nome e idade.

Imagem 2 - Alunos 1º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Imagem 1 - Alunos 1º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Imagem 3 - Alunos 1º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Imagem 4 - Alunos 1º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Durante o desenvolvimento das atividades pude observar como somos diferentes e o quanto aprendemos na convivência familiar, escolar e social. No computador interativo (lousa) cada um diante de suas competências conseguiu através do uso da caneta interativa efetuar o desenho e a escrita.

Diante do computador, alguns alunos já dominavam o mouse e conseguiam realizar as tarefas propostas com facilidade. Outros, porém, tiveram grandes dificuldades de coordenação e organização do desenho e da escrita, necessitando constante auxílio, mediação da professora e ajuda dos colegas que obtiveram mais facilidade.

De modo geral, a turma toda se mostrou curiosa a ponto de perceber que essa ferramenta disponibiliza vários recursos que podem ser explorados na aprendizagem de forma diferente e atrativa.

Fazendo uma análise desse contexto, é importante que a escola também na fase inicial da alfabetização promova ações de acesso à inclusão digital para todas as áreas de ensino, tendo em vista que os nossos alunos integrantes da cultura digital, necessitam de uma formação mais coerente, segura e precisa para lidar com as novas tecnologias, a exemplo do computador e celular.

Após análise realizada na turma, verifiquei que a grande maioria não possui computador em casa, e os que possuem não podem mexer por pertencer exclusivamente a um único membro a família que não permite o acesso por questões de preservá-lo.

O conhecimento prévio sobre a linguagem técnica da informática e o acesso seguro da Internet são recursos importantes para que as crianças possam atingir a contextualização e a interação com as tecnologias, recursos esses importantes para a alfabetização por proporcionarem as crianças diferentes mecanismos de aprendizagem.

Segundo Franco (1999),

A escrita transformou profundamente o processo educativo. E a incorporação da escrita como forma de produção e de conservação do conhecimento trouxe uma dupla diferença: era preciso ensinar o conhecimento que se tornava cada vez mais amplo e complexo, mas para isso era preciso primeiro ensinar a própria técnica da escrita (FRANCO, 1999, p.1).

O autor ressalta que é importante e necessário conhecer a técnica, também associada ao domínio da escrita (digitação) com as tecnologias. Quando as crianças passam a compreender de que forma poderão manusear os componentes e recursos que compõem essas tecnologias, obterão, no meu ponto de vista, resultados mais positivos no processo de aprendizagem correlacionada aos conteúdos.

Somente a utilização de Softwares educativos não garante a aprendizagem de conteúdos escolares, precisamos instigar nossas crianças para a curiosidade e o desejo de aprender, lançando novos desafios e relações de aprendizagem.

A minha concepção docente de inserção da Informática no processo ensino e aprendizagem, volta-se também a necessidade de alfabetizar as nossas crianças tecnologicamente a fazerem o uso pedagógico adequado das tecnologias, nesse processo é imprescindível que o professor esteja preparado e tenha domínio para inseri-las com segurança a partir dos conteúdos propostos.

Percebo que o processo educativo aliado às tecnologias ainda apresenta grandes deficiências em escolas públicas, especialmente quando atribuído a um único professor ou a disciplinas específicas que devam dar conta desse ensino. Acredito que esse deveria ser um trabalho de planejamento coletivo da escola, abrangendo todas as áreas no desenvolvimento de atividades com os mais diferentes Softwares disponíveis além do uso da Internet.

O que mais se percebe na atualidade nas escolas são alunos pesquisando determinados conteúdos apresentados pelos professores e ou jogando, o que considero relevante, porém não suficiente para a formação integral. Isso sem falar das Leis que proíbem o uso de celulares nas escolas, quando esses, assim como a Informática deveria fazer parte do processo pedagógico de ensino e contribuir na produção do conhecimento e desenvolvimento de novas habilidades e conceitos de aprendizagem.

De acordo com Philippe Perrenoud (2000).

As crianças nascem em uma cultura em que se clica, e o dever dos professores é inserir-se no universo de seus alunos. Se a escola ministra um ensino que aparentemente não é mais útil para uso externo, corre um risco de desqualificação. Então, como vocês querem que as crianças

tenham confiança nela? (PHILIPPE PERRENOUD, 2000, p. 125).

Segundo destaca o autor, só há mudanças e inovação no processo educativo e ambiente escolar, se tiver cooperação e interesse por parte dos profissionais envolvidos na área através de contínua qualificação, considerando as rápidas transformações no contexto social que devem ser observados pela escola em favor de um objetivo comum com metas que visam melhorias para a Educação.

Os sistemas educacionais devem estar preparados com estrutura física e humana para poder oferecer aos seus alunos suporte eficiente para que possam enquanto sujeitos em processo de formação sentir-se seguros e próximos de sua realidade cultural, aliando as tecnologias nesse processo de forma colaborativa e atrativa.

## 2º ANO

É uma turma bastante numerosa, com 20 alunos, ao contrário do 1º ano que tem apenas 10. A turma apresenta uma disparidade na aprendizagem muito grande, e requer maior atenção, pois são crianças advindas de outras unidades escolares e que não tiveram as mesmas oportunidades, a exemplo de permanecem o dia todo na escola com disciplinas diversificadas.

Inicialmente solicitei que no laboratório de Informática entrassem no Software LibreOffice.orgImpress e fizessem slides com a descrição de sua Identidade pessoal e produção de frases e desenhos relacionadas com o universo onde estão inseridos.

Imagem 6 - Alunos 2º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Imagem 5 - Alunos 2º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

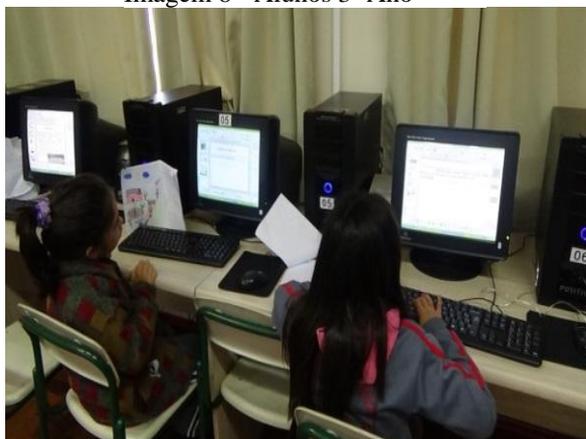
Durante o desenvolvimento dessa atividade, as crianças interagiam muito uns com os outros, fazendo novas descobertas para melhor desenvolverem o seu desenho. Da mesma forma com a digitação das frases, que os levou a refletir sobre o seu universo e a utilizarem os recursos e ferramentas disponíveis no programa. Alguns alunos ainda não

bem alfabetizados e que não tem contato com o computador em casa, não conseguiram avançar muito na atividade, necessitaram de ajuda o tempo todo para concluir parte da tarefa.

### 3º ANO

Esta também é uma turma bastante numerosa, mas todos estão alfabetizados, ao desenvolverem as atividades propostas no computador e Internet, houve uma interação muito grande. Os mesmos produziram vários slides partindo do seu entendimento de universo, País, Estado, Município, Família e Escola. O acesso ao GoogleMaps em site da Internet gerou muita curiosidade e interesse, ao visualizarem o seu Município, Rua, e casa onde moram. Também visitaram o blog da escola e site da Câmara Municipal e Prefeitura do Município, onde visualizaram postagens de trabalhos e fotos de familiares da turma e de outros alunos que participaram de eventos promovidos pelo município e escola. A turma no geral é muito boa e participativa nas aulas, demonstram interesse, curiosidade e motivação para desenvolver as atividades, os resultados apresentados pela turma foram significativos, contribuindo para o seu desenvolvimento intelectual.

Imagem 8 - Alunos 3º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Imagem 7 - Alunos 3º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

### 4º e 5º ANO

Na segunda-feira dia 06, os alunos do 4º e 5º ano conforme planejamento realizado no início do ano letivo com todos os professores do EPI, ficando a responsabilidade das professoras Delsi Soder Nyland, Sandra e Cintia Stack para organizar na primeira quinzena de junho a programação da Rádio EPI juntamente com os alunos. Decidimos com as duas turmas para nesse dia, no turno matutino a programação em local

diferente, na Rádio Comunitária do município, com uma sintonia e abrangência bem maior, em que os pais dos alunos e a comunidade também pudessem acompanhar. O roteiro abordado nessa programação foi sobre invenções tecnológicas brasileiras e riscos na Internet, além de outros assuntos de interesse da escola.

Imagem 10 - Alunos 4º e 5º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Imagem 9 - Alunos 4º e 5º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Imagem 11 - Alunos 4º e 5º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

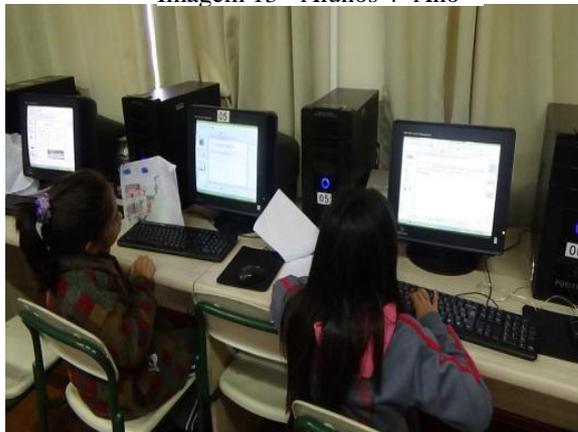
No turno vespertino os alunos seguiram o roteiro da programação e apresentaram o programa na escola, onde envolvemos os alunos que não participaram da programação no período matutino.

Essa experiência foi muito bem aceita pela turma, a interlocutora e demais alunos participantes se focaram no tema com seriedade, compromisso e responsabilidade, desenvolvendo muito bem o seu papel durante toda a programação.

Dando continuidade aos trabalhos no dia sete, terça-feira, as turmas deram continuidade no desenvolvimento do livrinho sobre o tema “Meu Endereço no Universo no Software LibreOffice.orgImpress, no qual trazem textos e imagens sobre o entendimento

que obtiveram nas pesquisas realizadas na Internet e resumos realizados sobre o País, Estado e Município. Também produziram um texto ilustrado contando um pouco da sua família e escola.

Imagem 13 - Alunos 4º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Imagem 12 - Alunos 4º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

O 4º ano é uma turma bastante numerosa e todos são esforçados e aprendem, alguns, se destacam e interagem com os colegas, auxiliando-os em suas dificuldades.

Com relação aos alunos do 5º ano, é uma turma pequena de 10 alunos, e há uma disparidade na aprendizagem muito grande, a maioria apresenta dificuldades para trabalhar com o computador, porém, demonstram interesse em aprender. A turma já apresentou grandes avanços na Disciplina se comparado ao início, à maioria veio com transferência de outras escolas onde não tiveram a oportunidade de interagir e desenvolver atividades com o computador.

Imagem 15 - Alunos 5º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

Imagem 14 - Alunos 5º Ano



EEB Professor Manuel de Freitas Trancoso

As observações e registros feitos no diário de campo sobre o desenvolvimento da prática apontam possibilidades de se inserir as tecnologias em todas as áreas do conhecimento, as crianças vivem na era digital e percebem se a escola acompanha e insere

em seu contexto educativo as inovações tecnológicas presentes na sociedade, que consequentemente torna a aprendizagem mais prazerosa e significativa, contextualizando e desenvolvendo saberes que ao longo da história foram construídos.

## **CAPÍTULO 2: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL: LEVANTAMENTO DAS LEGISLAÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS**

### **2.1: ESCOLA PÚBLICA EM PERÍODO INTEGRAL**

O Projeto Escola Pública Integrada tem como objetivo geral oferecer uma Educação Básica em horário integral, gratuita e de qualidade nas escolas públicas de Santa Catarina (SANTA CATARINA, 2003b, p. 01), e específicos que evidenciam o tempo integral com a implantação e implementação de uma proposta educativa em tempo integral; implantação de um processo de gestão compartilhada entre os Estados e os Municípios; estabelece parcerias com outros setores da sociedade e amplia a gestão democrática em nível institucional.

É nesse contexto que a Educação Integral visa articular e envolver indivíduos em diferentes tempos e espaços, focada na formação humana em todas as suas dimensões do desenvolvimento de vida que se constitui na sociedade, a exemplo da escola, família e comunidade. Vivemos e convivemos com outras culturas, onde ensinamos e aprendemos de forma coletiva diante de um processo dinâmico e colaborativo de transformação social e formação integral.

Os métodos tradicionais de ensino em muitas escolas clamam por novas metodologias aliadas ao atual contexto da cultura digital, que muitas vezes vem acompanhada de desmotivação e desinteresse dos educandos. O prazer de fazer pedagogia do professor se confunde com os resultados irreparáveis de sua prática, sem essa inserção tecnológica, já efetuada com eficiência pela sociedade.

É importante salientar que no contexto histórico, as instituições, secretarias e gestões escolares, não conseguiram fomentar uma preparação docente que pudesse ser inserida com as tecnologias que se constituíram em todas as esferas da sociedade e de modo muito eficiente. Percebe-se assim, que gravitam muitas ideias de resistências à inserção das tecnologias digitais no processo pedagógico.

Anísio Teixeira (1947) já escrevia,

Confesso que não venho, até aqui, falar-vos sobre o problema da educação sem certo constrangimento: quem percorrer a legislação do País a respeito da educação, tudo aí encontrará. Sobre assunto algum se falou tanto no Brasil e, em nenhum outro, tão pouco se realizou. Não há, assim, como fugir à impressão penosa de nos estarmos a repetir. Há cem anos os

educadores se repetem. Esvaem-se em palavras, esvaímo-nos em palavras e nada fizemos. Atacou-nos, por isso mesmo, um estranho pudor pela palavra. Pouco falamos, os educadores de hoje. Estamos possuídos de um desespero mudo pela ação (TEIXEIRA, 1947 p. 89).

O diálogo do autor mostra o percurso do processo de escolarização que vem se desenvolvendo no Brasil ao longo da história, a democratização e universalização da educação só foi enfatizada no decorrer do século XX e concretizada no final deste século, passando por percursos difíceis, que (des)caracterizaram a escola pública tradicional, gerando a escola popular, de massas (PAIVA et al, 1998 *apud* JUNCKES, 2015, p. 53).

Quando do surgimento das tecnologias as institucionalizações através de seus órgãos competentes ao contrário da realidade atual, não ofereceram aos profissionais em educação uma formação que viabilizasse a inserção das mesmas de forma natural e consciente o que se transformou em resistências e traumas para muitos docentes que não conseguem mudar a sua prática tradicional de ensino e se envolver em uma nova realidade e aproximação tecnológica.

Acredito que para trabalhar com alunos de séries iniciais, é imprescindível que o professor tenha formação em pedagogia. As crianças, na fase da alfabetização, necessitam muito mais que simplesmente trabalhar com a leitura e escrita, esse é um processo que envolve o desenvolvimento da linguagem, do cuidar, dar carinho, brincar, conhecer, curiosidade, descobertas e aprender (...), esses são conceitos básicos da pedagogia que não perpassam a área específica de formação das disciplinas afins do ensino, dificultando o papel do professor que poderá acarretar em frustrações diante de uma prática deficiente por não conhecerem e terem essa formação e compreensão pedagógica.

## 2.2: POLÍTICAS PÚBLICAS NACIONAIS DA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Na Constituição Federal de 1988 há três artigos que fazem referência a educação em tempo integral. No artigo 205º, a educação é apresentada como um direito do cidadão promovido e incentivado pela sociedade. O artigo 206º prescreve a gestão democrática do ensino público, trazendo reflexões sobre a educação integral, com objetivos e ações que contemplem todas as esferas socioculturais priorizando ações educativas.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, em seu artigo 34 p. 18 prevê a progressiva ampliação do tempo de permanência do aluno na escola: “A jornada escolar no ensino fundamental incluirá pelo

menos quatro horas de trabalho efetivo em sala de aula, sendo progressivamente ampliado o período de permanência na escola”.

§ 2º O ensino fundamental será ministrado progressivamente em tempo integral, a critério dos sistemas de ensino (BRASIL, 1996, p.18).

Analisando os referidos artigos, é possível observar que a Educação em tempo Integral tem por objetivo ampliar a jornada de permanência dos alunos na escola. Saviani (1997, p. 213) ao analisar a LDB considera que,

[...] embora este aspecto do ensino fundamental tenha sido abordado de forma tímida na lei, espera-se que os sistemas de ensino sejam mais ousados e adotem o critério da efetiva expansão da jornada escolar, visando atingir, em futuro próximo, o regime de tempo integral.

Saviani (1997) demonstra a necessidade de ampliar a jornada escolar em regime integral, mesmo que essa não esteja descrita na lei de forma clara e objetiva, entende que as escolas públicas deveriam adotar esse critério para fortalecer a formação integral do indivíduo.

Com a publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente no ano de 1990, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), o Brasil passou a se preocupar mais com ações, programas e políticas voltadas a educação integral. Em 2007, o Ministério da Educação lançou o programa Mais Educação, com o objetivo de aumentar o tempo de permanência da criança nas escolas públicas, ofertando-lhes uma educação através de atividades diferenciadas e optativas que dialogassem com a realidade em que se inserem.

O Programa Mais Educação foi instituído pelo Ministério da Educação. Proporciona diversificação através de atividades em forma de oficinas contemplando diversas áreas. Não tem conotação curricular.

O programa EPI, instituído pelo Decreto nº 3.867, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta a implantação e implementação da Escola Pública Integrada para o Ensino Fundamental da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina e contempla atividades diversificadas com suporte curricular. A grade curricular é oriunda de uma construção da própria escola, de acordo com as deficiências diagnosticadas.

Como todas as ações e projetos sociais, a Educação em tempo integral também necessita da ajuda de políticas públicas, tendo em vista que educar indivíduos integralmente depende de orçamentos que viabilizem ações nas escolas.

De acordo com a Meta 6 e as estratégias 6.1 e 6.3 do Plano Nacional de Educação – PNE (2014, p. 59 e 60), é previsto que a Educação em Tempo Integral integre pelo menos 50% das Escolas Públicas e atenda 25% dos alunos da Educação Básica.

A primeira estratégia da Meta 6 prevê que o tempo de permanência deverá ser organizado com atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas.

Já a Meta 6.3, visa institucionalizar e manter, em regime de colaboração, programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material didático e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral.

As Metas acima referenciadas constituem um acréscimo valioso na aprendizagem de nossas crianças, pois além de focar as disciplinas da grade curricular normal, contempla as disciplinas curriculares diversificadas incluídas em horário mesclado com as regulares, elevando a oportunidade de aprendizagem para cinquenta horas aula que contemplam também atividades lúdicas como hora da brincadeira, almoço dirigido, horário de descanso e recreio monitorado.

### 2.3: ESCOLA PÚBLICA INTEGRADA DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE SANTA CATARIANA

O Governo do Estado de Santa Catarina através do art. 71, incisos I e III, c/c art. 163, inciso X, ambos da Constituição do Estado e considerando o art. 34, § 2<sup>a</sup> da Lei nº 9.394, de 23 de Dezembro de 1996, art. 5, XI e art. 58, da Lei Complementar nº 170, de 7 de Agosto de 1998, através de Decreto nº 3.867, de 19 de Dezembro de 2005. Regulamenta a implantação e implementação da Escola Pública Integrada para o Ensino Fundamental da rede pública estadual de ensino de Santa Catarina.

Art. 1º A Escola Pública Integrada - em tempo integral, tem por finalidade viabilizar a ampliação das oportunidades de aprendizagem, garantindo uma educação de qualidade.

Art. 2º O currículo da Escola Pública Integrada deve ser entendido como eixo organizador e dinamizador de ações desenvolvidas de forma interdisciplinar e contextualizada, de modo a constituir uma unidade de atividade curricular integrada e organizada a partir do Projeto Político Pedagógico.

Art. 3º A implantação e a implementação da Escola Pública Integrada dar-se-á de forma progressiva na rede estadual de ensino, a partir de estudo de viabilidade pelos órgãos regionais.

Art. 4º A implantação da Escola Pública Integrada se dará por adesão da Comunidade, ouvida em assembleia geral com registro em ata, a ser anexada ao projeto, com autorização do ESTADO DE SANTA CATARINA e órgãos competentes da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia.

Art. 5º A ampliação da jornada integral pode se dar de forma simultânea ou progressiva, preferencialmente nas séries iniciais.

**Parágrafo Único:** As Unidades Escolares que não apresentarem as condições de infraestrutura física e pedagógica necessárias para a jornada integral, poderão iniciar de forma parcial, a partir das séries iniciais.

Art. 6º A ampliação do tempo de permanência do aluno na escola deverá contemplar jornada escolar diária de 6 (seis) a 8 (oito) horas de efetivo trabalho escolar, cabendo a escola optar pela jornada a ser adotada tendo em vista o seu Projeto Político Pedagógico.

**Parágrafo Único:** O tempo reservado para o intervalo de almoço será monitorado, não sendo computado como hora/aula.

Art. 7º A Escola Pública Integrada deve viabilizar o trabalho coletivo e interdisciplinar, permitindo a produção de atividades de aprendizagem, contemplando planejamento, desenvolvimento e avaliação em gestão compartilhada, de modo a qualificar o processo ensino aprendizagem.

**Parágrafo Único:** Cabe a cada Unidade Escolar oportunizar espaço pedagógico para planejamento coletivo semanal.

Art. 8º O número de alunos por turma obedecerá ao disposto no art. 82, VII, b, da Lei Complementar nº 170, de 7 de agosto de 1998.

Art. 9º A escola, no momento da matrícula, deverá informar aos pais e responsáveis sobre o Projeto Político Pedagógico envolvendo a jornada escolar em tempo integral.

Art. 10º Os professores que atuam na Escola Pública Integrada são regidos pela Lei nº 6.844, de 29 de julho de 1986, se efetivo e, pela Lei nº 8.391, de 13 de novembro de 1991, quando admitidos em caráter temporário.

Art. 11º A Escola Pública Integrada deverá cumprir o mínimo de 200 dias letivos para os componentes curriculares da Base Comum Nacional.

A Secretaria de Estado da educação do Estado de Santa Catarina – SED - lançou em 2003 o Projeto Escola Pública Integrada como uma das metas do Plano Estadual de Educação que vigorou até 2007. Nesse contexto o Projeto Escola Pública Integrada EPI visa ampliar as oportunidades de aprendizagem na Educação Básica para além dos eixos curriculares comuns, eixos diversificados de aprendizagem.

Os eixos de aprendizagem diversificada contemplam às mais diversas áreas do conhecimento, dando apoio e suporte às atividades curriculares dos eixos comuns, aumentando o tempo e o período de estudo e conseqüentemente de permanência do aluno na escola.

Ministrar o ensino fundamental que abrange atividades diversificadas, organizando-se a escola para dar, ao aluno de uma escolarização formal ampliada por um conjunto de experiências esportivas, artísticas, recreativas ou temáticas, em complementação ao currículo escolar formal. (GUARÁ, 2006b, p. 18).

Desde 2013, o Projeto “Escola Pública Integrada” teve sua implementação nas escolas de Ensino Fundamental da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina e preconiza a educação integral e o currículo como elementos fundamentais ao processo de criação das escolas de tempo integral, emanada por políticas educacionais adotadas pela SED no Estado de Santa Catarina, a qual busca ressignificar a proposta de trabalho e o conceito de escola.

São princípios constantes da proposta curricular e imprescindíveis ao projeto de escola em tempo integral:

Valorização dos conteúdos curriculares (linguagem, ciências e arte) como condição e direito da formação das gerações mais jovens; abordagem do processo ensino aprendizagem (razão de ser da escola) numa perspectiva histórico-cultural [...]; abordagem da aprendizagem como processo ativo, o que está no contexto da capacidade de todos os seres humanos, o que conduz a posturas pedagógicas essencialmente inclusivas. A Teoria da Atividade, gestada e gerada no contexto da concepção histórico-cultural, agrega afetividade, a vontade e a interação humana no processo de ensinar e aprender (SANTA CATARINA, 2003b, p. 02).

O Estado de Santa Catarina desde 1988 tem adotado na primeira versão da Proposta Curricular a concepção teórica que cerca os estudos da perspectiva Histórico-Cultural representada por autores como Vygotsky, Elkonin, Luria e Leontiev, e as abordagens metodológicas que integram as disciplinas no processo pedagógico da EPI giram em torno dos seguintes eixos temáticos: Linguagem e Comunicação, Ciências e Matemática, Ciências Humanas e Sociais.

Nessa perspectiva, o eixo organizador da escola que integra o currículo deve integrar e ampliar a proposta e oferta de atividades educativas que integram o currículo. Esse, por sua vez, é entendido como “eixo organizador, integrador e dinamizador do conjunto das ações desenvolvidas e projetadas pela escola” (SANTA CATARINA, 2003a, p. 3), que deverão estar inseridas no Projeto Político Pedagógico.

Ampliar progressivamente a oferta de educação escolar para até oito horas diárias através de atividades curriculares integradas, de modo a garantir aos estudantes catarinenses a aprendizagem e a apropriação do conhecimento historicamente acumulado e o acesso a experiências científico, artístico, cultural relevantes para a formação humana. (SANTA CATARINA, 2003b, p. 2)

A citação acima apresenta aspectos relevantes a Educação em tempo integral, voltando-se ao conhecimento do indivíduo através de atividades curriculares integradas, que abordem assuntos do atual contexto social. Sendo que a permanência do aluno na escola por si só não garante a qualidade na educação, mas sim, permite que seja inserido no currículo escolar, novas e relevantes experiências para o desenvolvimento de novas competências, necessárias e fundamentais para a formação cidadã integral.

#### 2.4: MATRIZ CURRICULAR DA ESCOLA EM PERÍODO INTEGRAL - SED ESTADO DE SANTA CATARINA

Os princípios para a implantação da EPI caracterizam-se pela ampliação progressiva do tempo pedagógico da escola, através da implantação de um currículo em tempo integral. Integram o currículo das EPIs, além das atividades convencionais, outras de caráter esportivo, artístico, cultural e lúdico. Constrói-se assim, um currículo apropriado para escolas que possam garantir a presença de todos os alunos ou os de séries progressivas em tempo integral, embora que não seja este um modelo pronto e acabado, mas que sirva de subsídio para construir e enriquecer o Projeto Político Pedagógico, e a matriz curricular de cada unidade escolar com projetos planejados e criados por essas instituições de ensino autorizadas pela SED e aprovado pelo Conselho Estadual de Educação – CEE, em 13 de dezembro de 2004.

Compõem a Matriz Curricular Complementar da EPI os seguintes eixos (disciplinas) complementares curriculares e carga horária:

L. Portuguesa Literatura Infantil e Juvenil, Informática Educativa (4).

L. Estrangeira Inglês, Espanhol, Francês, alemão, Italiano (2).

Artes Música, Artes Plásticas, Artes Cênicas, Artesanato (4).

Linguagem e Comunicação, Ed. Física, Dança, Karatê, Tênis de Mesa, Futsal, Vôlei, Cultura e Movimento, Jogos Educativos. Xadrez (4).

Ciências Iniciação a Pesquisa, Ciências e Educação Tecnológica (3).

Matemática - Matemática Jogos Matemáticos (2).

História e Geografia Estudos Regionais, Turismo (2).

Social História - História Local, Educação Patrimonial (2).

Todos os eixos Orientação de Aprendizagem (2).

Fonte: (SANTA CATARINA, 2004).

Diante da matriz curricular aprovada e que contém mais de uma disciplina complementar em cada componente curricular por eixo, poderá a escola escolher a modalidade dentre as apresentadas, podendo acrescentar somente duas aulas nesta disciplina. Ampliando assim as possibilidades de escolha das disciplinas a serem adotadas pela escola e inseridas na matriz curricular.

Todas essas disciplinas curriculares diversificadas quando instituídas na prática de forma eficiente e contextualizada, permitem ao educando um avanço significativo diante de um contexto social em que o sujeito com formação crítica e autonomia conquista e explora espaços com maior eficiência, nesse sentido que as disciplinas diversificadas contemplam a ampliação das oportunidades do aluno, ficando a critério da escola a escolha democrática das mesmas de acordo com o contexto revelado pela comunidade escolar.

## 2.5: ESCOLA PÚBLICA INTEGRADA - PROFESSOR MANUEL DE FREITAS TRANCOSO – IRACEMINHA/SC

Conforme destaca Arroyo (1988), é importante e necessário que se conheça as políticas públicas que norteiam as propostas da Escola em Tempo Integral, bem como a cultura dos sujeitos que permearão essa proposta, a fim de que se possa estabelecer uma relação entre sociedade e escola.

Insistimos: é impossível entender as propostas de tempo integral, sem entender a história das propostas de educação integral, sua concepção do social, do trabalho, da cultura, do adulto e da criança, das relações entre as classes [...] (ARROYO, 1988, p. 5).

Diante dessa afirmativa e diálogo do autor na citação acima, que apresento um pouco da história e trajetória educacional da Escola de Educação Básica Professor Manuel de Freitas Trancoso que se situa na Rua Dona Paulina, 664, centro de Iraceminha – SC. O

início da colonização ocorreu em 1948, com a vinda das primeiras famílias desbravando o sertão. O nome de Iraceminha é em virtude do rio de mesmo nome que corta a cidade.

Segundo descrito no Projeto Político Pedagógico da escola as atividades escolares iniciaram-se em meados de 1950. A atividade escolar da primeira escola iniciou-se numa casa cedida pela madeireira existente na época. Com a construção de uma Capela, a escola passou a funcionar nesse espaço. Inicialmente o Professor era pago pela comunidade. Após alguns anos a contratação do Professor passou a ser feita pelo Estado, e a escola passou a pertencer ao mesmo.

A colonizadora doou uma área de 10.000m, onde se construiu inicialmente duas salas, com o passar dos tempos conforme aumentava o nº de alunos a escola passou a denominar-se EE.RR. Professor Manuel de Freitas Trancoso.

Em 1975, a pedido da comunidade a escola passou a ser chamada de EB Prof. Manuel de Freitas Trancoso, iniciando com as 5ª séries e nos anos subsequentes implantaram-se as demais séries do educandário. Nesse mesmo ano iniciou-se a construção de cinco salas de aula em alvenaria com as demais dependências.

Já em 1985, devido ao grande número de estudantes egressos do primeiro grau sentiu-se a necessidade da criação do 2º grau, o qual foi encampado pela municipalidade. Aprovado pelo Conselho Estadual da Educação o mesmo passou a denominar-se Colégio Municipal Ricardo Vivian, em homenagem ao colonizador dessa terra.

Em 1989 iniciou-se o processo de anexação do 2º grau a Escola de 1º grau. Pois nesse ano ocorreu a Emancipação Política Administrativa do município. As atividades do colégio iniciaram em 1990. Já no ano de 1992 foi ampliado o espaço físico em mais (05) cinco salas de aula e demais dependências.

Em 1996, foi construído um Ginásio de Esportes, com finalidade educativa, esportiva e integração com a comunidade.

Com a implantação do Projeto da Escola de Tempo Integral, foi ampliado o espaço físico com a construção de mais três salas de aula, um auditório, uma sala para a biblioteca, uma sala para a informática, um refeitório, hoje transformado em sala para a disciplina de Arte. Conforme o projeto vai sendo ampliado, haverá também a necessidade de adequação do espaço físico da escola.

A escola em tempo integral teve início em 01 de agosto de 2005, abrangendo alunos de 1ª a 4ª séries. Este projeto conta com horários mesclados entre o núcleo comum e disciplinas diversificadas, recursos humanos e físicos, alimentação com três refeições e grade curricular. Em 2006, o projeto foi ampliado para as 5ªs séries de forma regular,

ampliando-se um ano de escolaridade no ensino fundamental através do 9º ano de forma gradativa.

Em 2014, o Projeto Escola em Período Integral (EPI) passou a ser denominado como “Mais Educação”, atendendo do 1º ao 5º Ano, mas também contempla os anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º Anos). O Ensino Médio obteve mudanças, passando para EMI - Ensino Médio Inovador, atendendo as 1ª séries e 3ª diurno. O Ensino Médio noturno continua com a grade curricular regular.

Atualmente a escola está assim composta: 11 (onze) salas de aula, uma secretaria, sala de professores, cozinha, banheiros masculinos e femininos, gabinete de direção, sala de orientação, sala da Assistente Técnico Pedagógico, sala da Assessora de Direção, Secretaria, Administradora Escolar; sala de Arte, dois Laboratórios de Informática, Auditório e Área Coberta. Anexo à escola existe um ginásio de esportes e um campo de areia para a prática de Educação Física.

A escola possui também uma biblioteca com acervo bibliográfico muito reduzido com livros de pesquisa e um computador. Possui dois retroprojetores, um vídeo, sete TVs. Existe também o kit TV Escola, dois laboratórios de informática com vinte e quatro computadores ligados a internet, ar condicionado, três kits multimídia, três aparelhos de som, nove salas climatizadas e dois computadores Interativos.

O espaço físico atualmente não atende a demanda, havendo a necessidade de ampliação e construção, para melhor desenvolvimento dos projetos de trabalho.

Desde o ano de 2008, atuo como professora da disciplina de Ciências Tecnológicas com crianças que frequentam os anos iniciais do ensino fundamental. E assumo como necessária e fundamental a apresentação da grade curricular da disciplina para fomentar a articulação entre a esfera curricular e as práticas docentes efetivadas no cotidiano escolar.

## 2.6: GRADE CURRICULAR DA DISCIPLINA DE CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS

### 1º AO 5º ANO

- Conhecimento do computador
- Conhecimento de programas
- O uso do computador no cotidiano
- A proliferação de vírus nos computadores;
- Teclas de atalho;

- Cuidados que devemos ter com os computadores;
- Atividades relacionadas á coordenação motora;
- Treinamento e habilidade com o mouse e teclado;
- Postura ao sentar diante do computador;
- Orientações sobre o uso do teclado alfanumérico, numérico e de função;
- Atividades que contemplam a linguagem oral, escrita e visual;
- Atividades relacionadas com higiene pessoal e ambiente de estudo;
- Atividades que contemplam datas alusivas;
- Leituras pesquisas, resumos, produções textuais e criação de slides;
- Orientações e aprendizagem do uso adequado de PENDRIVE, CD, DVD, INTERNET, bem como gravação, formatação e exclusão de dados;
- Visitas de estudo;
- Atividades interdisciplinares e transversais que envolvem a alfabetização a partir da digitação, leitura, produções, desenhos, textos, slides, ilustrações, tabelas, formas geométricas dentre outras.

O planejamento das atividades acontece a partir do Projeto em Período Integral (Mais Educação),\* coordenado pela Assessora de Direção, com a presença dos professores que fazem parte do projeto e do ensino regular.

A escola em tempo integral fundamentalmente reconhece oportunidades educativas que vão além dos conteúdos do currículo tradicional e compreende a vida como um grande percurso de aprendizado e vê a própria como uma grande, permanente e fluída escola.

A Escola Professor Manuel de Freitas Trancoso em seu Projeto Político Pedagógico atualizado no mês de fevereiro do ano de 2016, no que se refere à Escola Pública Integrada - EPI – está baseada no conceito de escola integrada à sua comunidade e aos seus recursos educativos com currículo em tempo integral e gestão compartilhada da educação pública entre Estado e Município.

A educação integral deve dar atenção a todas as potencialidades de cada indivíduo, não apenas as dimensões físicas e mentais, como também emocionais e espirituais,

---

\* O Programa Mais Educação, instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da educação para oportunizar as escolas com índice de aprendizagem baixa a organização de oficinas diversificadas opcionais no contra turno com a formação de turmas entre quinze a trinta alunos.

salientando a necessidade de uma formação multidimensional, na perspectiva de uma educação de qualidade para todos, mais democrática e humana, capaz de ampliar as oportunidades de aprendizagem a partir do reconhecimento das diferenças dos ritmos e estilos de aprendizagem.

A EPI - Escola Pública Integrada tem como meta ampliar progressivamente a oferta da educação escolar para até oito horas diárias através de atividades curriculares integradas, baseadas nos pressupostos teóricos e metodológicos das diversas áreas do conhecimento, orientadas na proposta curricular de Santa Catarina. Tem como proposta não só aumentar a quantidade de tempo diário de escolarização, mas também garantir que vá além do aprender a ler, escrever e contar.

A Escola pública Integrada - EPI – constitui-se num ambiente de aprendizagem de tempo e educação integral, tem como objetivo a ampliação de oportunidades de aprendizagens por intermédio da oferta de um conjunto de diferentes atividades curriculares no campo da Tecnologia, da Cultura, do Esporte e da Arte. Essas atividades novas ou diferenciadas estão integradas ao currículo da escola de modo a constituir uma unidade curricular organizada e articulada ao Projeto Político da Escola. A organização das atividades está em sintonia com a Matriz Curricular Complementar através de Parecer do Conselho Estadual nº. 249, de 13/12/2004 ao qual disponibiliza três eixos temáticos: Linguagem e Comunicação, Ciências e Matemática e Histórico Social.

A avaliação do processo ensino aprendizagem do projeto em tempo integral fundamenta-se na LDB 9.394/96 e Lei Complementar 170/98, que dispõe sobre a Educação Básica no Estado de Santa Catarina, baseia-se principalmente em formas de avaliação que sustentam a educação de acordo com a proposta curricular de Santa Catarina, atingindo todas as dimensões de ser humano: social, política, econômica, religiosa, cultural, técnica, científica e empírica.

A avaliação do desempenho dos educandos se fará através da observação de caráter investigativo, diagnóstico e emancipador, concebendo a educação como construção histórica, individual e coletiva, observando constantemente o seu progresso pertinente ao processo de apropriação do conhecimento. Cabendo ao professor fazer as intervenções necessárias nesse processo, garantindo-lhe a construção de um cidadão consciente, responsável, participativo e dinâmico.

## 2.7: CIÊNCIAS TECNOLÓGICAS (INFORMÁTICA EDUCATIVA) NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Vivemos numa sociedade interconectada, na qual, o conhecimento assume um papel relevante e imprescindível na vida das pessoas. As tecnologias, especialmente a Informática vem se desenvolvendo aceleradamente, modificando a relação das pessoas entre si e com o mundo.

Neste contexto é importante que o sistema de educação viabilize o acesso de todos os docentes para que possam inserir no contexto pedagógico de forma produtiva as tecnologias para que não haja uma ruptura entre o real da sociedade e contexto escolar conforme referencia Chaves (1987, p.25).

Devemos nos preocupar com a questão da Informática na Educação porque as evidências disponíveis, embora não tão amplo e contundente quanto se poderia desejar, demonstram que o contato regrado e orientado da criança com o computador em situação de ensino aprendizagem contribui positivamente para a aceleração do seu desenvolvimento cognitivo e intelectual, em especial no que diz respeito ao raciocínio lógico e formal, à capacidade de pensar com rigor e de modo sistemático.

Sendo assim, entendo que a Educação deve ser pensada a partir da realidade do mundo em que nossas crianças estão inseridas, apropriando-se das novas tecnologias para desenvolver diferentes mecanismos de aprendizagem, contextualizados a nova cultura digital.

A escola que sonhamos é aquela que assegura a formação de sujeitos críticos, autônomos e emancipatórios, voltada à vida pessoal, social e profissional, concebendo-se como um espaço de integração e interação, formando um elo entre sociedade e escola. Os alunos com acesso orientado e acompanhado por um profissional, para que atenda as novas demandas postas pelas novas realidades contemporâneas, não pode negar a importância de contar com recursos tecnológicos que devem ser usados como meios, para auxiliar o processo pedagógico.

É nessa tarefa que o computador, enquanto ferramenta tecnológica configura-se como um recurso que poderá contribuir significativamente na definição de metodologias que tornem o processo de ensino aprendizagem mais atraente, dinâmico e significativo.

Sendo a escola, centro de referência onde se produz o conhecimento, a informática será um suporte pedagógico para atender as tendências e aptidões que os

alunos possuem, contribuindo para melhorar a preparação dos nossos alunos e a qualidade de ensino.

As mídias, a exemplo da televisão, do vídeo, do computador e da Internet, são recursos pedagógicos com fontes de informações riquíssimas, cabendo a nós educadores elaborar projetos pedagógicos que transformam essas informações em conhecimento. Nesse sentido, o professor assume a função de mediador do processo ensino aprendizagem, fazendo uso das tecnologias na intenção de melhorar a qualidade do ensino e suas condições de trabalho.

Nesse processo educativo, Pinto (2003) faz menção ao espaço privilegiado e de direito das crianças, onde lhes deve ser reservado e garantido o tempo e direito de brincar, oportunizando lhes momentos livres para manifestarem seus desejos, emoções e relação com o outro.

Transformar a escola num espaço privilegiado da infância requer, por parte do adulto, uma mudança de postura, para que possa respeitar as manifestações das crianças e propor, junto com elas, mudanças na organização do tempo e do espaço escolares, de modo que o brincar, um dos seus direitos básicos, seja respeitado no interior da escola pública. Os espaços representam “lugares” construídos pelo ser humano e, portanto, não têm correspondência direta com tamanho ou quantidade, mas sim com a qualidade com que se vai ocupá-los e defini-los (PINTO, 2003, p. 165-166).

A autora coloca muito bem as necessidades básicas das crianças para um desenvolvimento sadio, não podendo lhes tirar esse direito enquanto Escola em Tempo Integral. As brincadeiras e atividades lúdicas são atividades onde a criança estabelece as suas relações cognitivas e afetivas na cooperação e relação com o outro.

Para concluir o meu raciocínio sobre o desenvolvimento das crianças na fase da alfabetização, especialmente quando inseridas em escola de Tempo Integral, considero importante que os profissionais que atuam nessa área tenham formação em pedagogia, tendo em vista que as crianças na fase inicial da alfabetização identificam-se mais com atividades lúdicas e simbólicas a exemplo dos brinquedos, gestos, desenhos (...), cujos signos representam significados e contribuem no desenvolvimento da linguagem e escrita. Freire (1997) pondera que,

A consciência do professor alfabetizador acerca de sua responsabilidade social exige estudo, responsabilidade e compromisso com a aprendizagem das crianças que lhes são confiadas. Assim, o ensino não é a alavanca para a mudança ou a transformação da sociedade, mas sei que a transformação social é feita de muitas tarefas pequenas e grandes, grandiosas e humildes! Estou incumbido de uma dessas tarefas... A

questão agora é pôr minha prática ao lado de meu discurso. Isto é, como posso ser coerente em classe (FREIRE, 1997, p.21).

Freire evidencia que o processo de alfabetização perpassa necessariamente por um mundo novo, formado por ambientes propícios para esse desenvolvimento e com suporte em profissionais que tenham formação pedagógica com entendimento sobre as especificidades de cada criança, respeitando o seu ritmo de aprendizagem e amadurecimento cognitivo e emocional. A sensibilidade das crianças nesse percurso necessita de profissionais que estejam preparados profissionalmente para entender essa adaptação ao novo ambiente, viabilizando um espaço educativo agradável e atraente.

### **CAPÍTULO 3: PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE: POSSÍVEIS ARTICULAÇÕES COM AS TECNOLOGIAS**

A pesquisa e estudo realizado sobre as legislações públicas que regem as diretrizes educativas acerca da Escola em Período Integral e autores que defendem essa tese demonstram claramente a necessidade e importância da permanência das crianças no ambiente educativo por mais tempo.

Essa progressão, segundo leitura realizada, proporciona as crianças oportunidades de aprendizagem mais significativas e independentes, ampliando através da inserção de diferentes disciplinas seu horizonte de conhecimentos em favor de uma formação que contempla diversas frentes, como a formação humana e científica.

(BRASIL, 1998, p. 155) “a discussão sobre a incorporação das novas tecnologias na prática de sala de aula é muitas vezes, acompanhada pela crença de que elas podem substituir os professores em muitas circunstâncias”. Com referência ao exposto, torna-se possível observar que no mundo tecnológico, toda e qualquer tecnologia precisa da interferência do homem para realizar tarefas. Nesse sentido, as tecnologias não darão conta de substituir o homem e tampouco o professor no processo educativo, mas, continuarão sendo excelentes recursos para inovar e aprimorar o trabalho humano, além de oferecer diferentes formas e condições para desenvolver a aprendizagem.

Mediante esse processo, o professor será mais importante do que nunca, pois ele é o sujeito que planeja, organiza e desenvolve situações de ensino a partir do conhecimento que possui, continuando a aprender e a ensinar através da palavra, do gesto, da emoção, da afetividade, dos textos lidos e escritos sobre os conteúdos organizados e planejados.

Nessa perspectiva, as leis que subsidiam a Educação em Tempo Integral, fazem referência à adoção de metodologias e estratégias de ensino que proporcionam aos docentes a adoção de práticas educativas que vão além dos conteúdos programáticos de ensino, a fim de contribuir para uma educação com resultados mais independentes.

A partir dessa análise, volto a frisar a importância de uma prática educativa integrada ao mundo tecnológico, apoiando-as ao processo de reflexão e de produção, momento em que o professor passa a perceber que esse é apenas mais um recurso auxiliador que necessita ser manipulado e explorado para alcançar os objetivos traçados.

Esse cenário informatizado presente no atual contexto social deve oportunizar às discentes condições dignas de acesso para o desenvolvimento de habilidades cognitivas e

tecnológicas que são imprescindíveis para a sua formação integral. A mediação do professor junto aos alunos é de suma importância para que não haja dispersão do objetivo que se deseja atingir, pois com a amplitude da navegação, é possível que o aluno se perca e fuja do que se deseja realmente alcançar. Então, é necessário que o professor assuma a responsabilidade de orientar e indicar caminhos para uma aprendizagem significativa e condizente a essa realidade.

Sendo as políticas públicas o principal e mais importante meio para garantir à sociedade condições favoráveis para uma educação de qualidade, deverá ela oferecer mecanismos de acesso e permanência do aluno na escola, além de ampliar e melhorar esse contexto com ações que possam garantir ao educando uma formação emancipatória.

Acredito que para haver uma educação de qualidade e que atenda os princípios da globalização, é necessário investimento nas escolas públicas, a começar pela sua infraestrutura para que possamos desenvolver os projetos de trabalho em um espaço e ambiente digno de aprendizagem.

Em pleno século XXI, ainda nos deparamos com muitas deficiências e fragilidades nos ambientes escolares, a exemplo da escassez de material físico necessário para reparar danos decorrentes do cotidiano, material para desenvolver os trabalhos pedagógicos e de consumo diário, equipamentos, ampliação e melhora dos laboratórios de informática com computadores mais potentes, ou se pensar no desenvolvimento de projetos para aquisição de computadores através da Lei nº 12.249, de 14 de junho de 2010, instituída pelo governo federal, que no art. 6º, estabelece a criação do Programa Um Computador por Aluno – PROUCA, instituído o Regime Especial nos termos e condições estabelecidos nos Arts. 7º a 14 desta Lei, com o objetivo de promover a inclusão digital pedagógica e o desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem de alunos e professores das escolas públicas brasileiras, mediante a utilização de computadores portáteis denominados laptops educacionais, para que as aulas possam ser dadas em sala, sem ter que interrompê-las para se direcionar até o laboratório de Informática para dar continuidade.

Papert (2008), já defendia que os computadores deveriam permanecer nas salas de aula e não enfileirados em laboratórios de informática. A Lei estabelece que o equipamento vem acompanhado de sistema operacional específico e características físicas que facilitam o uso e garantem a segurança dos estudantes.

Atualmente as escolas públicas estão passando por diversas crises por falta de investimento e comprometimento com os recursos públicos destinados a Educação. Isso

sem fazer menção à falta de investimento e incentivo nas diferentes áreas para que haja constante busca de formação continuada e melhora na remuneração dos professores.

Se analisarmos as políticas públicas das Escolas em tempo integral, percebe-se que as mesmas não conseguem atender integralmente as demandas previstas. Realidades essas observadas nas escolas, em que muitos projetos são deixados de serem postos em prática por falta de recursos financeiros.

Mediante essa realidade, as escolas, juntamente com as suas APPS (Associação de Pais e Professores), estão fazendo todo o esforço para contornar situações de escassez para atender bem seus alunos. Também não poderia deixar de registrar a aflição diante das burocracias que os gestores enfrentam a cada novo ano para reativação do projeto em tempo integral, que segundo as Secretarias Educacionais mediante convincentes justificativas possam continuar.

Essas são situações lamentáveis que perpassam a Educação, sendo que esse deveria ser um projeto permanente com jornada progressiva, estendendo-se também ao Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano conforme está previsto na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) e por ser um anseio da comunidade e escola, em que os pais passam a optar pela Escola em tempo integral para matricularem os seus filhos, por entenderem que a permanência deles por mais tempo na escola lhes garantirá uma formação mais completa e distante das vulnerabilidades de risco presentes na sociedade, que facilmente atraem e envolvem as crianças e jovens provocando danos irreparáveis a sua vida.

[...] as indefesas crianças carentes estão expostas a permanente lição de violência, tornam-se violentas na violência da vida. Frente a essa lamentável situação, **a escola surge como a arca segura**, protetora: redefinamos o papel da escola, transformando-a de instrumento dedicado apenas à instrução, em **instituição protetora, onde a criança encontre segurança física** e esteja a salvo da violência a que está exposta no convívio social (ARROYO, 1988, p. 5 *apud*, JUNCKES, 2015 p. 214).

Nessa perspectiva que as famílias acreditam que a escola é um espaço que agrega valores e segurança aos seus filhos, possibilitando aos pais o desenvolvimento de sua função no trabalho com tranquilidade. Nesse contexto, a escola também assume o papel de cuidadora e protetora, evitando assim a proliferação da violência no convívio familiar, social e escolar.

A Constituição Federal de 1988 estabelece a Educação em tempo integral como um direito do cidadão com o apoio e incentivo da sociedade, prevendo ações educativas e

ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.

Nessa dimensão, considero que o currículo escolar da escola pública integrada deve abranger propostas com ações consistentes e voltadas à interdisciplinaridade, para assim construir a partir do Projeto Político Pedagógico atividades organizadas que envolvam o uso permanente das TDIC como recurso auxiliador do processo de ensino.

Na condição de professora alfabetizadora em constante busca pela formação continuada na área de atuação, correlacionadas a diversas leituras e prática educativa voltada as normas que regulamentam as ações pedagógicas da escola, percebo estar inserida no contexto da cultura digital, desenvolvendo a minha prática a partir da realidade de nossas crianças que clamam por uma aprendizagem mais envolvente, significativa e segura, integrando as tecnologias digitais como recursos pedagógicos auxiliares das práticas educativas.

Essa empiria voltada à Disciplina de Ciências Tecnológicas com a junção de conhecimentos previamente estabelecidos, previstos na grade curricular, tem contribuído para mudanças da prática diária, voltando-se ao contexto de transformação da aprendizagem em um ambiente colaborativo e integrado com a presença das tecnologias.

Quando nos damos conta de que estamos diante de sujeitos que não mais aceitam passivamente ficar sentados em suas carteiras enfileiradas somente absorvendo e descrevendo informações, a escola está a caminho de grandes e benéficas conquistas, as manifestações e reações de nossos alunos em sala de aula merecem especial atenção, especialmente quando revelam que há novas possibilidades de ensino e ensinam através de suas aptidões de aprendizagem mudanças, que por vezes são ignoradas pelos professores, sendo que a aprendizagem munida pela interação midiática promove a inclusão dos sujeitos em ambientes mais dinâmicos e interativos de conhecimentos.

Muitos projetos nas mais diferentes áreas de atuação estão sendo desenvolvidos na prática com bons resultados, revelando o ensejo de que é possível fazer educação com qualidade sem ter que se ater somente aos recursos públicos e políticas educacionais que por vezes não conseguem assegurar de fato o que elas mesmas preveem.

Se em escolas de todo o mundo, infelizmente, muitas vezes, é negada a entrada das tecnologias pela porta da frente, sob a aprovação das autoridades educacionais, elas adentram os seus muros nos bolsos dos meninos e das meninas e permanecem, assim, desintegradas do currículo legitimado. Os celulares escondidos nos remetem à crítica de Freinet (1996) à escola contrária à vida, ontem incapaz de aceitar dentro dos seus muros os

besouros que moravam nos bolsos das crianças, hoje, tantas vezes, proibitiva diante das tecnologias (FERNANDES, 2012, p. 12).

Desse modo, a presença da tecnologia móvel na sala de aula, coloca-se como um sinal do rompimento do anacronismo da instituição escola com a sociedade em rede (CASTELS, 1999), como um movimento inerente à educação contemporânea que passa a ganhar espaço na escola pública e que pode funcionar como a luz de um farol para o repensar dos processos educativos nesse início de século XXI.

Cenas como às mencionadas acima pelos autores, ainda estão muito presentes nas escolas, as quais me comovem, ao ver as nossas crianças se fecharem em um mundo distante da sua realidade, sem poder expor os seus desejos para além do livro didático, o que não lhes permite explorar e problematizar os conteúdos propostos em diferentes meios e ambientes virtuais de aprendizagem.

Caminhar junto com as inovações sociais e culturais requer dos professores a compreensão de que os seus alunos são sujeitos nascidos em um contexto de transformação e inovação tecnológica. Segundo os autores Abreu e Nicolaci-da-Costa (2006), mencionam serem “nativos digitais”, esses jovens se relacionam com o outro e com o meio à sua volta sob uma nova lógica. Ferreira e Oswald (2009) ressaltam,

o jovem que cresce manipulando o controle remoto da TV, o joystick dos jogos eletrônicos, o mouse do computador, ou o teclado do aparelho celular é formado num universo em que fragmentação, velocidade e, sobretudo, interatividade são palavras-chave para definir sua subjetividade. Ele encontra na linguagem multimídia do computador seu segundo idioma e transita por janelas e telas com uma desenvoltura que não é exercitada nos bancos escolares, mas construída nesses espaços dominados pelos códigos digitais (FERREIRA E OSWALD, 2009, p.129).

A citação acima revela a realidade de muitos de nossos alunos no seu cotidiano familiar e social, por várias vezes tenho observado a facilidade que exercem ao manusear esses equipamentos, especialmente quando o assunto envolve entretenimento e ou Download, até mesmo os alunos do primeiro ano (séries iniciais) sem o domínio da leitura já dão conta de acessar sites da Internet para escolher os jogos de sua preferência, inclusive me mandam mensagens gravadas e imagens via celular através do aplicativo WhatsApp.

Essas atitudes revelam uma facilidade e conexão com o conhecimento associado ao paradigma epistemológico apresentado por Morin (1996), Santos (2000) e Ginzburg (1988). As crianças a partir de práticas culturais desenvolvem conhecimentos e habilidades

que, segundo Lévy (1999), precisam ser considerados dentro dos sistemas educacionais, promovendo reflexões sobre o papel do professor e sobre a prática pedagógica.

O autor também prescreve propondo mudanças a partir dos paradigmas tradicionais que envolvem a educação, afirmando que,

[...] as metáforas centrais da relação com o saber são hoje, portanto, a navegação e o surfe, que implicam uma capacidade de enfrentar as ondas, redemoinhos, as correntes e os ventos contrários em uma extensão plana, sem fronteiras e em constante mudança. Em contrapartida, as velhas metáforas da pirâmide (escalar a pirâmide do saber) da escala ou do cursus (já totalmente traçado) trazem o cheiro das hierarquias imóveis de antigamente (LÉVY, 1999, p.161).

Lévy (1999) conclui que a educação não pode continuar remando contra a atual conjuntura tecnológica, a fim de que possamos integrar os nossos alunos em um universo significativo que zela pela sua formação integral, onde Professores e alunos possam constituir um elo entre o conhecimento e a aprendizagem.

Vislumbrando da minha prática educativa e diálogo com as Professoras do Ensino Regular (séries iniciais) que exploram os livros didáticos, constatei que os mesmos tem muito presente à inserção das tecnologias como recursos auxiliares de estudo e de problematização dos conteúdos, facilitando a compreensão e o desenvolvimento das atividades.

Diante de tais propostas trazidas pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura), infelizmente muitos de nossos professores ainda não despertaram para essa nova realidade, com argumentos de que são modismos criados e que pouco contribui para o processo ensino aprendizagem, fechando-se na metodologia tradicional para não terem que sair do seu comodismo e encarar novos desafios para atender as necessidades básicas de manuseio das TDIC, inviabilizando assim, ao aluno uma aproximação maior com a sua realidade.

Na condição de professora, com uma carga horária maior, certamente estaria desenvolvendo esses conteúdos com um novo olhar, envolvendo os alunos a sua realidade, que com certeza despertaria um interesse maior e com resultados e avanços mais significativos.

Concluindo o meu diálogo, volto a fazer referência ao meu diário de campo, que, segundo leituras e estudo realizado, contemplam as diretrizes e parâmetros traçados no desenvolvimento do mesmo. Em especial a prática educativa que atingiu aos objetivos propostos de que é possível educar sob uma nova visão metodológica. E dessa forma atrair o educando a participar com mais entusiasmo e envolvimento das aulas, revelando seus

anseios e dificuldades, especialmente para manusear pedagogicamente as tecnologias digitais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As políticas públicas que envolvem a Escola em tempo integral no Brasil, referenciado nesse trabalho de pesquisa, pressupõem denominações que objetivam a ampliação do tempo de permanência do aluno na escola, visando uma formação integral, envolvendo disciplinas diversificadas com conteúdos que abrangem o contexto social, sob uma prática mais lúdica e prazerosa de ser desenvolvida. A concepção atual de Escola em Tempo Integral defendida por Cavalieri, (2007) volta-se para a ideia de uma educação que vai além dos conteúdos convencionais obrigatórios, voltando-se a uma ação diversificada.

Os estudos de algumas das principais políticas públicas da Escola de tempo integral apontam que a mesma também tem a finalidade de proteger as crianças dos exageros e explorações que muitas são submetidas sob as penalidades de maus tratos, situações de risco e abandono. Arroyo (1988) idealiza-a também como um instrumento de luta pela extinção do trabalho infantil e de fortalecimento político-cultural, pelo movimento operário.

As leituras realizadas sobre as políticas públicas que envolvem a Escola em Tempo Integral evidenciam que o professor é o agente responsável transformador de sua prática, possibilitando ao educando sob uma nova realidade virtual desenvolver-se integralmente para encarar os desafios instituídos pela sociedade.

A análise investigativa revelou que as crianças quando inseridas em um novo contexto de trabalho, passam a interagir com os colegas e com as tecnologias, assumindo uma relação compartilhada e de aprendizagem colaborativa, assimilando os conceitos preestabelecidos em uma aprendizagem mais significativa.

A empiria realizada revelou que a aprendizagem com recursos digitais, além de superar desafios de manuseio, coloca o professor como mediador desse processo frente ao uso das tecnologias, auxiliando em suas dificuldades e fazendo apontamentos que facilitam a compreensão dos conteúdos para o desenvolvimento das atividades.

Evidenciei que a Informática quando inserida pedagogicamente, contribui significativamente na melhora da pesquisa, leitura, interpretação, escrita e produção, além de permitir uma revisão gramatical sobre a escrita. A universalização das tecnologias no contexto escolar é assim um grande aliado de aprendizagem e de aproximação à realidade virtual.

No decorrer do estudo, tive a oportunidade de realizar uma auto avaliação e reflexão da minha prática pedagógica, que me proporcionou uma visão mais clara sob a ótica de ensino e aprendizagem, bem como da importância de reavaliar os planejamentos para melhorar a prática e compreender melhor as especificidades de cada aluno.

As estratégias adotadas ao longo da pesquisa demonstraram diferentes possibilidades e metodologias diante da proposta apresentada, bem como a universalização das TDIC no contexto escolar acenando um meio necessário para o desenvolvimento. As estratégias adotadas ao longo da pesquisa demonstraram diferentes possibilidades e metodologias diante da proposta apresentada, bem como a universalização das TDIC no contexto escolar acenando um meio necessário para o desenvolvimento e formação dos alunos nativos da cultura digital.

Essa cultura imersa a um emaranhado mundo de informações e recursos audiovisuais facilita a compreensão dos conteúdos e representa uma nova possibilidade, modificando a forma de ver e organizar a prática, tornando as aulas mais prazerosas e produtivas.

Considerando às constantes transformações e mudanças marcadas pela evolução tecnológica em nossa sociedade, e diversas maneiras do ser humano se relacionar por estar inserido em comunidades virtuais e viver em um contexto globalizado, que por sua vez facilita esse universo de interações e comunicações conhecido nesse novo paradigma como, a Era da Informática (LÉVY, 1994).

Ao concluir a minha pesquisa referencio LÉVY (1994) com um diferente olhar sob a minha prática, que atendeu aos objetivos propostos, evidenciando que as tecnologias representam uma nova possibilidade para se lidar com o trabalho pedagógico na ótica da universalização e contextualização dos saberes pré-estabelecidos, perante uma nova dimensão cultural e educativa.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Rosane; Nicolaci-Da-Costa, Ana Maria. **Mudanças geradas pela internet no cotidiano escolar:** as relações dos professores. Paidéia. São Paulo, v.16, n.33, p.193-203, 2006.

ALMEIDA, M. E. **Educação, projetos, tecnologia e conhecimento.** São Paulo: PROEM, 2002.

ALARCÃO, I. (2002). **Escola Reflexiva e Desenvolvimento Institucional:** que novas funções supervisivas? In J. Oliveira-Formosinho, A supervisão na formação de professores I: da sala à escola (pp. 212-238). Porto: Porto Editora.

\_\_\_\_\_, I. (2001). **Professor-investigador: Que sentido? Que formação?** In P. B. Campos, Formação Profissional de Professores no Ensino Superior (1) (pp. 21-31). Porto: Porto Editora.

ARROYO, Miguel González. **O direito ao tempo de escola.** Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 65, p. 3-10, maio 1988.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, Senado, 1998.

\_\_\_\_\_, **Lei de Diretrizes e B. Lei nº 9.394/96,** de 20 de dezembro de 1996.

\_\_\_\_\_, Ministério da Educação e do Desporto, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

\_\_\_\_\_, **Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação.** Brasília, DF: INEP, 2014.

\_\_\_\_\_, **Estatuto da Criança e do Adolescente - República Federativa do Brasil.** Brasília, DF, 1990.

BRASÍLIA, **Decreto n.º 2.494, de 10 de fevereiro de 1998.** Regulamenta o Art. 80 da LDB (Lei n.º 9.394/96).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHAVES, E.O.C. **Informática na Educação:** uma reavaliação. Cadernos Cevac, São Paulo, nº 3, 1987.

CAVALIERE, Ana Maria Villela. **Tempo de escola e qualidade na educação pública.** Educação e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100, p. 1015-1035, 2007.

FERREIRA, Helenice M. C.; OSWALD, Maria Luiza M. B. **Jovens e ambientes virtuais:** “no game, você tem milhões de vidas, você pode começar do zero, você pode simplesmente apagar e começar tudo de novo, na vida não rola.” In: PASSOS, Mailsa C.

P.; PEREIRA, Rita Ribes. **Identidade, Diversidade: práticas culturais em pesquisa**. Rio de Janeiro: FAPERJ/DPAtalii, 2009 p.129-141.

FERNANDES, J. R. **Tecnologias na educação e Currículo integrado: convergências e contribuições**. In: ALMEIDA, M.E. B (coord.). Formação de Educadores da Secretaria de Educação do Município de São Bernardo do Campo. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2012.

FREIRE, Pedagogia da Autonomia. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

GUARÁ, I. M. **É imprescindível educar integralmente**. In: CENPEC. Educação integral. São Paulo, 2006. p. 15-24. (Cadernos Cenpec, n. 2).

JUNCKES, Cris Regina Gambeta. **Escola de Tempo Integral e o direito à infância: uma análise da produção acadêmica**. 2015. 214 p. Dissertações (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. São Paulo: Ed.34, 1994, p.161.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p.350

PAIVA, Vanilda Pereira et al. **Revolução educacional e contradições da massificação do ensino**. Contemporaneidade e Educação, Rio de Janeiro, ano 3, n. 3, 1998.

PAPERT, S. A máquina das crianças: **repensando a era da Informática**. Porto Alegre: Artmed, 2008.

PINTO, Maria Raquel Barreto. **A condição social do brincar na escola: o ponto de vista da criança**. 2003. 182 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2003.

PROUCA, **(Um computador por aluno)**. [http://www.fnnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional\\_proinfo/proinfo-programa-um-computador-por-aluno-prouca](http://www.fnnde.gov.br/programas/programa-nacional-de-tecnologia-educacional_proinfo/proinfo-programa-um-computador-por-aluno-prouca). Acesso: 07/07/2016.

SANTA CATARINA, Governo do Estado. **Secretaria de Estado da Educação. [Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integrada na educação básica]** 2014.

\_\_\_\_\_, Secretaria de Estado da Educação, **Ciência e Tecnologia**, Projeto Estruturante Escola Pública de Tempo Integral. 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Estado da Educação, **Ciência e Tecnologia**. E.E.B. Profº Manuel de Freitas Trancoso. Projeto Político Pedagógico. Iraceminha, 2016.

SAVIANI, Dermeval. A nova Lei da Educação: **trajetórias, limites e perspectivas**. Campinas: Autores Associados, 1997.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. **Autonomia para educação na Bahia**. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Rio de Janeiro, v. 11, n. 29, p.89-104, jul./ago. 1947.